



Sueli Carneiro, intérprete do racismo brasileiro Sueli Carneiro, interpreter of Brazilian racism

Dossiê: intérpretes do
Brasil

Eneida Leal Cunha*

ORCID: 0000-0001-5697-6799

E-mail:
eneide.l.cunha@gmail.com

Recebido: 03/01/2025
Aprovado: 04/02/2025

Resumo:

A filósofa Sueli Carneiro surgiu na vida pública, nos anos de 1970, no Movimento Negro Brasileiro. Em 1988 fundou o Geledés-Instituto da Mulher Negra, primeira organização feminista negra de São Paulo. De 2000 a 2008, publicou artigos no Correio Brasiliense, deles resultou o livro *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil* (2011). Para além do ativismo no feminismo negro, na imprensa e da intervenção na esfera pública e institucional, Sueli Carneiro se destaca como a mais original intérprete do racismo brasileiro, como uma intelectual constituída fora da consagrada tradição sociológica e antropológica, masculina e branca. Na visão consolidada desses intelectuais e analistas sociais, brasileiros e brasilianistas, o racismo é resíduo escravista, sobre determinado pela desigualdade econômica. O escrutínio do racismo como o elemento central na biopolítica moderna e as suas formulações acerca do “dispositivo da racialidade” resultam numa acurada – e principalmente disruptiva – interpretação do Brasil.

Palavras-chave:

Sueli Carneiro; feminismo negro; dispositivo da racialidade; interpretações contemporâneas do Brasil.

Abstract:

The philosopher Sueli Carneiro emerged in public life in the 1970s in the Brazilian Black Movement. In 1988, with a group of other activists, she founded Geledés-Instituto da Mulher Negra, a pioneering feminist organization based in São Paulo. From 2000 to 2008, she contributed a column to the daily Correio Brasiliense, a collection of which was published in *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil* (2011). Through her interventions in the public and institutional sphere, Sueli Carneiro stands out as the most original interpreter of Brazilian racism and as an intellectual outside the established white, male sociological and anthropological tradition. The consolidated view of both Brazilian and Brazilianist intellectuals and social analysts is that racism is a residue of slavery and overdetermined by economic inequality. The investigation of racism as the central element in modern biopolitics and Carneiro’s formulation of a “dispositif of raciality” result in an accurate – and disruptive – interpretation of Brazil.

Keywords:

Sueli Carneiro; Brazilian black feminism; *dispositif* of raciality; Brazilian racism; contemporary interpretations of Brazil.

* Eneida Leal Cunha é Pesquisadora Visitante no Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vinculada ao Laboratório Estudos Negros. Professora Titular da Universidade Federal da Bahia (aposentada), é Pesquisadora 1A do CNPq. Toda a sua produção intelectual (artigos, livros e intervenções gravadas em vídeos) está integralmente disponível no site.

Sueli Carneiro (1950) emergiu na vida pública na década de 1970 com o movimento negro brasileiro. Como diz assiduamente, aprendeu com Lélia Gonzalez a ser uma mulher negra e com Abdias Nascimento a pensar como negra. Tem sido, nos últimos anos, uma das mais autorizadas e auscultadas vozes negras no Brasil.

Em 1988, ano emblemático da aprovação da “Constituição cidadã” e epílogo das duas décadas de regime militar, Sueli criou o Geledés, o Instituto da Mulher Negra. Ancorado nominalmente na tradição Iorubá do poder das divindades e forças femininas, foi fruto, segundo ela, da sua indignação com a dupla obliteração das mulheres: tanto a sua preterição no ativismo negro, dada a sua ausência nas iniciativas organizacionais, políticas e teóricas do movimento negro, quanto entre as vozes e postulações feministas que então ganhavam força, ao largo de qualquer atenção às singularidades das vivências e da condição socioeconômica das mulheres negras em contextos estruturados por desigualdades raciais e pelo racismo.

A atuação do Geledés, para “dar visibilidade às mulheres negras como um grupo social que merece prioridade no âmbito do compromisso com a democracia e a equidade”, tal como foi definido, vem se fazendo, há mais de três décadas, através de projetos em âmbitos diversos como cultura, educação, saúde e o direito. São exemplares da intervenção da entidade projetos como o “S.O.S Racismo” (1992) que abriu a discussão com o judiciário acerca da eficácia da lei que criminaliza as práticas de discriminação na sociedade brasileira (Lei 7.716/1989); o “Projeto Rappers”, de incentivo e apoio continuado às manifestações culturais dos jovens negros nas décadas de 1980 e 1990; o curso destinado a “Promotoras Legais Populares”, uma capacitação em violência doméstica; as ações coordenadas no âmbito da educação, que visam a apoiar a aplicação da Lei 10639/2003 e a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africanas e afro-brasileiras na educação, além da forte atuação na Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A enumeração é longa, mas necessária. O perfil e o programa de atuação do Geledés antecipam aqui o cerne da intervenção intelectual de Sueli Carneiro – a sua dimensão orgânica, pode-se dizer – como intérprete das relações raciais e protagonista em ações efetivas de enfrentamento ao racismo no Brasil.

Desde 1995 o *Portal Geledés*¹, criado com o apoio de financiamentos por agências internacionais, tornou-se, em paralelo, um portal de notícias voltado ao combate ao racismo e aos assuntos de interesse da população negra, tendo já conquistado um público expressivo e importância crescente como espaço agregador e difusor de personalidades, conhecimentos, atividades e intervenções político-culturais, a ponto de ser amigavelmente referido, por seus usuários e seguidores, como o “Google negro”.

¹ Acessível em <https://www.geledes.org.br/>

O acompanhamento da rede de mulheres ativada pelo Geledés expõe o seu principal alvo: o enfrentamento do racismo que, em todos os planos, historicamente, afeta em especial a vida das mulheres negras, alvo de múltiplas exclusões e violências no Brasil, como confirmam as estatísticas relativas a emprego, remuneração, educação, saúde, morbidade, família.

À época da sua criação e ao longo de boa parte de sua existência inicial, ainda não circulava no país nem na plataforma online a noção de “letramento racial”. Esta breve retrospectiva da trajetória da entidade e do portal, entretanto, deixa explícito que este foi e é o móvel, ou o eixo principal das iniciativas do Geledés: o letramento racial, nas múltiplas direções em que se faz necessário e continua urgente, para a conquista de convivência digna, igualitária e democrática na sociedade brasileira.

A perspectiva de letramento racial e da educação antirracista que vem atravessando todo o programa de ação agrega duas vertentes complementares, a primeira delas dedicada à problematização da branquitude e à crítica ao letramento hegemônico, ou seja, à dominação simbólica impregnada no repertório escolar, historiográfico e artístico através da consagração da brasilidade mestiça, da tríade racial harmônica, da reativação incessante da violência escravista e reiteração acintosa da inferioridade racializada do outro, em diversas linguagens e suportes. A segunda vertente do letramento racial empreendido pelo Geledés divulga sistematicamente o acervo de conhecimentos e de intervenções artístico-culturais de autoria negra, veicula obras e intervenções que desconstruem, rasuram ou deslocam o repertório branco-hegemônico, criando audiência para as vozes, palavras e perspectivas que, modo geral, estão ausentes na maioria dos espaços do saber e da educação formal brasileira, em todos os seus níveis.

Em síntese, pode-se dizer que, sem evocar o sintagma ou a formulação conceitual de “letramento racial”, parte significativa das ações do Geledés se propõe a formar competências para o enfrentamento político-pedagógico e subjetivo da dimensão estruturante do racismo, que afeta, em formas contrastantes, mas igualmente intensas, negros e brancos no país.

*

Entre 2000 e 2008, Sueli Carneiro se lançou no debate público mais amplo, ao assinar mais de uma centena de artigos no jornal *Correio Brasiliense*, dos quais resultou o livro *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*, publicado em 2011. Retomo as ponderações iniciais de Weber Felix, em seu artigo “Correio negro? A emancipação da mulher negra nas linhas do jornalismo” (Oliveira, 2017, p.25), para lembrar o papel que a grande imprensa teve e tem na estigmatização da população negra brasileira, a sua contribuição para fixar a condição subalternizada de homens e mulheres jovens, através da hiperexposição de seus corpos negros em situações socialmente repudiadas, degradadas, ameaçadoras ou – como uma contrapartida – a hiperexposição de seu

aniquilamento.

Só contra este pano de fundo que envolve a esfera pública brasileira é possível dimensionar, 20 anos atrás, o impacto e o ineditismo da intervenção jornalística de Sueli Carneiro, com periodicidade regular, nas páginas no mais lido jornal da capital do país nos anos iniciais do século XXI. Simultaneamente, estavam sendo discutidas, no Congresso Nacional em Brasília e em todo o país, o reforço à criminalização do racismo, as primeiras políticas de ações afirmativas, o sistema de cotas raciais para ingresso em universidades e órgãos públicos, assim como a inclusão do estudo da história e da cultura afro brasileira e africana na Base Nacional Curricular, lutas e conquistas que tornaram esses anos emblemáticos por suas políticas públicas inaugurais de enfrentamento do racismo no Brasil.

Nas mesmas páginas da imprensa onde proliferava a violência simbólica – à época, bem mais incisiva do que em nossos dias –, nas quais mulheres negras tinham a humanidade e feminilidade esvaziadas para se produzirem e reproduzirem os mecanismos da discriminação, do racismo e do sexismo, nessas mesmas páginas circularam regularmente, por cerca de oito anos, no “Caderno de Opinião” do *Correio Brasiliense*, as matérias escritas por Sueli Carneiro.

Os seus artigos exploram e expõem as diferenças raciais na educação, na saúde, na segurança pública, no mercado de trabalho, no direito, nos meios de comunicação, nas estruturas de sentimento e, em especial, nas expectativas de vida. Concomitantemente, as matérias desenvolvem a argumentação a favor do combate ao racismo e em didática defesa das ações públicas necessárias ao combate da discriminação e confronto com a racismo.

O êxito e a duradoura intervenção da escrita jornalística de Sueli Carneiro enfrentaram o ineditismo e o incontornável estranhamento dos leitores ante a assiduidade de uma voz feminina negra, e resultam de estratégias estilísticas da articulista para se fazer ler e se fazer ouvir, simultaneamente, por dois segmentos distintos de leitores, quase podemos dizer dois segmentos antagônicos.

Ao trazer para a coluna as suas experiências com o racismo e o sexismo, seu testemunho sensível e, ao mesmo tempo reflexivo, a autora estabelece um pacto com leitoras e leitores que compartilham tais vivências e passam a reencontrá-la, elaborada, na mídia impressa. Ao mesmo tempo, a estratégia de apresentar e legitimar a sua escrita jornalística a partir do vivido ou de uma estratégia testemunhal, complementada por argumentação analítica exposta com clareza generosa, conquista o interesse de outro segmento, o de leitores para os quais as peculiaridades e os dilemas das vidas racializadas eram, até o momento da leitura, invisíveis ou impensados.

Essa operação composicional deriva de um certo “entrelugar” em que se fez e faz a trajetória de Sueli Carneiro: na década inicial do ano 2000, quando escreveu a coluna,

eram decorridos já 30 anos de sua militância, desde os primeiros encontros nos anos efervescentes da estruturação do Movimento Negro em São Paulo e de convivência com expressivas lideranças negras; decorridos já também mais de 20 anos de ativismo no Geledés, com sua programática não nomeada mais incisiva, de letramento racial. Mas, ao mesmo tempo, sincronicamente, nesse início de século foram os anos de intenso investimento intelectual e acadêmico de Sueli Carneiro, ao longo do seu doutoramento em Filosofia na Universidade de São Paulo (USP), para se contrapor ao lugar-comum de negação do racismo brasileiro em que haviam se tornado as abordagens das relações raciais no Brasil, tanto no campo antropológico quanto nas perspectivas sociológicas e políticas.

Compõe um pano de fundo de rápido delineamento para os investimentos analíticos e político-reflexivos de Sueli Carneiro o “Manifesto dos Intelectuais”, enviado ao Congresso Nacional em 2006², contra a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e a criação de Cotas Raciais compensatórias. O documento, que foi assinado por 114 personalidades de grande repercussão, artistas, cientistas, intelectuais e acadêmicos – entre estes os mais reconhecidos estudiosos das relações raciais nas grandes universidades do país –, além de políticos reconhecimento da existência de discriminação racial no país:

O princípio da igualdade política e jurídica dos cidadãos é um fundamento essencial da República e um dos alicerces sobre o qual repousa a Constituição brasileira. Este princípio encontra-se ameaçado de extinção por diversos dispositivos dos projetos de lei de Cotas PL 731999 e do Estatuto da Igualdade Racial PL 3.1982000 que logo serão submetidos a uma decisão final no Congresso Nacional. O projeto de lei de cotas torna compulsória a reserva de vagas para negros e indígenas nas instituições federais de ensino superior. O chamado Estatuto da Igualdade Racial implanta uma classificação racial oficial dos cidadãos brasileiros, estabelece cotas raciais no serviço público e cria privilégios nas relações comerciais com o poder público para empresas privadas que utilizem cotas raciais na contratação de funcionários. *Se forem aprovados, a nação brasileira passará a definir os direitos das pessoas com base na tonalidade da sua pele, pela raça.* (Grifo meu).

*

Em escrito de 2007 intitulado “Epistemicídio”, síntese de uma entrevista sua, Sueli Carneiro reitera a articulação nuclear que produz a singularidade de sua contribuição intelectual e acadêmica, ao explicitar o “entrelugar” ao qual me referi acima. Trata-se da intersecção, a interdependência ou mesmo o elo entre duas perspectivas usualmente tidas como antagônicas ou, no mínimo, conflitantes no mundo intelectual e acadêmico brasileiro das últimas décadas: o ativismo político e a especulação filosófica, que, para Sueli Carneiro, retroalimentam-se. Escreve ela:

Muitas são as razões que advém de uma realidade inaceitável contra a qual a militância negra vem historicamente lutando e frente à qual as respostas do Estado permanecem insuficientes, exigindo permanente esforço de compreensão. Assim, contrato racial, biopoder e epistemicídio, por exemplo, são conceitos que se prestam como contribuição ao entendimento da perversidade do racismo. São marcos conceituais que balizaram a tese de doutorado que defendemos junto à USP

² A íntegra, com a relação de todos os assinantes, está disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/a-integra-do-manifesto-contra-as-cotas-raciais/>

em agosto passado sob o título “A construção do outro como não-ser como fundamento do ser”. Nela procuramos demonstrar a existência no Brasil de um contrato racial que sela um acordo de exclusão e/ou subalternização dos negros, no qual o epistemicídio cumpre função estratégica em conexão com a tecnologia do biopoder (Carneiro, 2014).

Tais conceitos tornados armas de confronto, de luta e conquistas contra o racismo têm autoria, perspectivas e, conseqüentemente, tratamento diverso. *O Contrato Racial*, tal como proposto pelo sociólogo Charles Wright Mills (1921-2021), nascido em Londres de família jamaicana e radicado nos Estados Unidos, é apropriado pela filósofa na perspectiva genealógica de Foucault, para sustentar a teorização da racialidade como dispositivo de poder e “fábrica” de subjetividades.

No conjunto dos elementos textuais da tese de doutoramento, antes dos capítulos iniciais que constroem cada uma das suas ‘ferramentas’, a autora compõe, na “Introdução”, uma declaração de princípios e alvos contundente, explícita acerca de seu “lugar de fala” – no mais alto e largo sentido da expressão – e direta na nomeação do seu destinatário:

Falarei do lugar da escrava. Do lugar dos excluídos da res(pública). Daqueles que na condição de não-cidadãos estavam destituídos do direito a educação e, em sendo esta, segundo Adorno, a possibilidade de ‘produção de uma consciência verdadeira’, falo também como alguém portador de uma ‘consciência infeliz’ ou de uma falsa consciência. Dirijo-me a ti Eu hegemônico, falando do lugar do “paradigma do Outro”, consciente de que é nele que estou inscrita e que “graças” a ele em relação a mim expectativas se criaram, que mesmo tentando negá-las, elas podem se realizar posto que me encontro condicionada por uma “unidade histórica e pedagogicamente anterior” da qual eu seria uma aplicação. (Carneiro, 2005, p.20)

Declaração prévia direta, contundente e, em especial, impertinente no sentido estrito do termo, para marcar que se valerá, ao mesmo tempo, do repertório teórico mais nobre da sua atualidade acadêmica no âmbito das ciências humanas e, em paralelo, a partir de um ponto de vista e uma existência reconhecidamente exteriores a essa genealogia reflexiva.

Para Sueli Carneiro, as apropriações teóricas que empreende têm contextualização e destinação claras. Afirma que a noção de dispositivo – capturada por ela da *História da sexualidade*, de Michel Foucault, ainda nos anos oitenta, durante o seu mestrado, pode

oferecer recursos teóricos capazes de apreender a heterogeneidade de práticas que o racismo e a discriminação racial engendram na sociedade brasileira, a natureza dessas práticas, a maneira como elas se articulam e se realimentam ou se realinham para cumprir um determinado objetivo estratégico, pois, em síntese, o dispositivo consiste em um elenco de “estratégias e relações de força. (Carneiro, 2005, p.39)

Com tal recorte na teorização foucaultiana em diálogo com as postulações de Mills e de outras várias emulações do pensamento crítico negro brasileiro, como, aqui, Ilzidinha Nogueira (1998), comporá um incogitado dispositivo de *racialidade* na produção do racismo brasileiro, dispositivo que demarcaria o estatuto humano como equivalente à brancura e que, por consequência, pode figurar todas as demais dimensões humanas e as hierarquizar, de acordo com a sua maior proximidade ou distância desse padrão. “Nessa

equação, negro e branco se constituem como extremos, unidades de representação que correspondem ao *distante* – objeto de um gesto de afastamento – e ao próximo, objeto de um gesto de adesão." (Nogueira *apud* Carneiro, 2005, p. 42).

A ativista e filósofa Sueli Carneiro constitui o seu argumento com rigor teórico e estratégia própria à demonstração de um teorema. A tese, portanto, faz uma exploração analítica e interpretativa da noção foucaultiana de *dispositif de pouvoir* no intuito de configurar, conceitual e politicamente, o dispositivo da racialidade. Tal desafio só consegue pleno êxito e adquire potência para afetar a tradição dos quadros compreensivos das relações raciais no pensamento social brasileiro, a meu ver, quando outras postulações foucaultianas, vindas da reflexão sobre a governabilidade moderna exercida sobre os estados e populações nacionais, são trazidos à tese. Entra em jogo a noção de *biopolítica* e a identificação do racismo como o operador indispensável ao biopoder, principalmente para explicar a dimensão letal do racismo ao segmentar a população entre os que “devem viver e os que podem morrer”, como descreveu Foucault (2005) em suas aulas no curso sobre governabilidade em 1976.

*

Encontrei a Sueli Carneiro pela primeira vez na mesa que compartilhamos do XXVIII Congresso da LASA, realizado na PUC-Rio em 2009, organizada por Liv Sovik (UFRJ). Até então, a minha formação foucaultiana iniciada duas décadas antes, no doutorado naquela Instituição, conduziu ao conceito da biopolítica como elemento indispensável à compreensão dos estados nacionais modernos, para além da acuidade da proposta de Benedict Anderson, (1989) sobre a Nação como constructo cultural, e o argumento de sua dimensão essencialmente narrativa e pedagógica, segundo Homi Bhabha em *Nation and Narration* (1990). Desde a década de 1990, portanto, as relações de poder e a centralidade da violência e das imagens de extermínio e de subalternização das populações originárias e escravizadas³ deram ensejo, em minhas pesquisas, a uma perspectiva dissonante acerca da nacionalidade brasileira, que contradizia frontalmente as narrativas de formação minuciosamente reiteradas para a população do país, dos primeiros níveis aos últimos degraus da escolaridade, até as mais nobres versões da brasilidade mestiça e conciliada, a partir de 1922, tanto nos sistemas artísticos como nos sistemas de comunicação e entretenimento, em todas as instituições.

Em 2007, através da investigação sobre “Biopolítica, eugenia e racismo”, uma outra compreensão da violência como constituinte do imaginário social se impusera em meu percurso intelectual, com a pesquisa sobre a silenciada repercussão da Eugenia no processo de modernização do Estado e da sociedade no Brasil, desde a sua eficaz política pública de branqueamento, que trouxe ao Brasil, em menos de 10 décadas, um contingen-

³ A tese, de 1992 e publicada parcialmente em livro em 2006), recolheu e analisou no cânone literário nacional - desde a carta de Pero Vaz de Caminha até o romance *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro (1983) -, século a século, as cenas de violência que constituem o imaginário instituído da brasilidade. (Ver Cunha, 2006).

te de imigrantes europeus equiparável ao número de africanos escravizados em quase quatro séculos: cerca de quatro milhões, conforme o historiador João José Reis.

Conhecer a argumentação da Sueli Carneiro sobre o dispositivo da racialidade naquele evento e na leitura imediata da sua tese foi crucial para o meu “letramento racial”, ou seja, para me trazer a necessária confiança na produtividade das leituras foucaultianas para deslocar intérpretes anteriores da brasilidade, instalados no ou pelo saber socioantropológico hegemônico, ainda reverenciado por boa parte da intelectualidade branca brasileira com mais de 60 anos de idade, que são meus “pares naturais” nas universidades brasileiras, digamos assim.

*

Sueli Carneiro retoma a equação inicialmente proposta pelo pensador francês - o “fazer viver e deixar morrer” - para colocá-la nos devidos e graves termos em relação à sociedade e ao Estado no Brasil, levadas ao paroxismo da inversão programática: tem-se, aqui, os que podem viver e os que devem morrer.

Pois, de fato, é disso que se trata, não por conta da origem acadêmica da reflexão no doutorado na USP, mas porque produz – esta, sim, a efetiva contribuição de Sueli Carneiro – uma interpretação diferencial do racismo brasileiro, formulada ao largo da nossa tradição do pensamento social e cultural, a qual parece não conseguir se desvencilhar dos seus próceres e do valor atenuante da mestiçagem. Ou, como bem o disse Eduardo Oliveira e Oliveira (1974), não consegue ultrapassar o “mulato como obstáculo epistemológico”. Ao largo também da tradição sociológica, em que pese as grandes contribuições de analistas como Florestan Fernandes (1978), cujo estudo foi essencial para desconstrução da mitológica convivência racial freyreana, mas também se detém em um outro obstáculo epistemológico à percepção do racismo como constituidor das relações sociais no Brasil: a análise econômica e as desigualdades de classe. Ao largo igualmente de alguns impasses enfrentados por interpretações mais recentes do racismo brasileiro, como a falta de contorno da noção de estrutura, na formulação do “*Racismo estrutural*” de Silvio Almeida (2019); ou o difuso conceito de “forma social”, ao qual Moniz Sodré recorre para superar o impasse de Almeida em *O fascismo da cor, uma radiografia do racismo nacional* (2023).

Em determinado momento da sua tese a autora o declara reflexivamente: “com todo o respeito aos antropólogos e sociólogos, a questão racial e o racismo dizem respeito a relações de poder” e para compreendê-los na sua magnitude e durabilidade, a pesquisadora precisou deslocar seus investimentos para o âmbito da ciência política e da filosofia.

*

A filosofia, principalmente, conduz o pensamento de Carneiro a uma perspectiva ontológica surpreendentemente alheia a qualquer injunção metafísica, que está firmada já

no seu título – “a construção do outro como *não* ser como fundamento do *ser*”, momento de mais expressiva repercussão do filósofo Charles Mills em seu trabalho.

Um segundo diferencial de relevo nesta reflexão sobre o dispositivo racial que, como a anterior, marca a complexidade da sua apropriação da visada foucaultiana, constitui-se pela evocação do conceito de “epistemicídio”, estruturante de boa parte da tese, especialmente quando, no segmento final, a autora de desloca da tensa especulação filosófica para trazer para o corpo do trabalho a efetividade das experiências de vida e de observação dos impasses socioeconômicos e subjetivos da escolarização da população negra brasileira. Mas o “epistemicídio” para Sueli Carneiro vai além da dimensão presente no termo quando usado pelo sociólogo Boaventura de Souza Santos, onde a autora assumidamente foi buscar conceito, significa mais do que a negação do conhecimento produzido pelos povos dominados e instrumento eficaz da dominação colonial.

“Para nós”, como afirma no capítulo dedicado ao conceito, significa bem mais do que o “processo de anulação ou desqualificação do conhecimento do outro”, o epistemicídio se consuma especialmente pela “produção persistente da indigência cultural”, pelo “rebaixamento da capacidade cognitiva através da indigência material”, pela “negação do outro como sujeito cognoscente”, ou seja, “sujeito portador e produtor de conhecimentos” singulares. O epistemicídio, enfim, na interpretação do Brasil elaborada por Sueli Carneiro, “é elemento constitutivo primordial do dispositivo de racialidade e poder”, e precisa ser apontado na sua efetividade, ou seja, emparelhado ao genocídio da população negra (Carneiro, p. 97-8).

Retomo as duas referências iniciais de Sueli Carneiro para deixar claro que, embora não me proponha aqui a uma genealogia da reflexão de autoria negra sobre o racismo, não a contemplo como uma intelectual e ativista descolada de contexto e de linhagem. Ao propor a importância singular e disruptora da sua reflexão, é importante mencionar, ainda que brevemente, outras colaborações de autoria negra parceiras da autora que, com maior, menor ou até quase nenhuma repercussão em suas respectivas épocas, confrontaram a duradoura convergência entre cientistas sociais, antropólogos, escritores, jornalistas, educadores e senso comum, acerca da boa convivência racial no país.

Bom exemplo disso é a sistematicamente ignorada contribuição de Abdias Nascimento, que Sueli Carneiro evoca sempre que pode. Embora ausente da maioria absoluta das bibliotecas e bibliografias acadêmicas brasileiras, há mais de meio século Nascimento publicou *O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado*⁴. A palavra *genocídio* presente no título, à época como agora, é responsável em grande parte pela recusa do trabalho. Resgatado nos últimos anos por outros intelectuais negros e relido

⁴ A tese, de 1992 e publicada parcialmente em livro em 2006, recolheu e analisou no cânone literário nacional - desde a carta de Pero Vaz de Caminha até o romance *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro (1983) -, século a século, as cenas de violência que constituem o imaginário instituído da brasilidade. (Ver Cunha, 2006).

hoje, percebe-se a corajosa formulação de Abdias Nascimento acerca do extermínio da população negra no Brasil, que não está distante de outras noções postas em circulação posteriormente, como o epistemicídio, explorado maximamente pela Sueli Carneiro, que o retoma em diferença, e a Necropolítica proposta por Archile Mbembe (2006), ela também formulada como uma revisão crítica e amplificada do conceito de biopolítica. Escreveu o autor:

(...) uma extremamente perigosa mística racista, cujo objetivo é o desaparecimento inapelável do descendente africano, tanto física, quanto espiritualmente, através do malicioso processo do embranquecer a pele negra e a cultura do negro. (Nascimento, 2016 [1977] p.49-50.)

Em tom e texto de formulação bem diversa, Lélia Gonzalez (1984), a segunda presença modelar, para Sueli, incide no mesmo ponto central do argumento do Nascimento: a violência contra o corpo das mulheres negras como uma espécie de espaço sacrificial de depuração, onde se repete, incessantemente encapsulados, o extermínio negro e, simultaneamente, a construção mítica da brasilidade mestiça.

Sueli Carneiro – com seu desvio epistemológico-conceitual e disciplinar – vem se tornando, aos poucos, a autora de um fertilíssimo roteiro para a compreensão do racismo brasileiro, em outros termos, em outro tom e com outra dicção.

*

Em dezembro de 2020, na Pós-Graduação da PUC-Rio, convidamos a Sueli Carneiro para a abertura do Seminário Final da nossa disciplina sobre *Inscrições raciais na arte e no pensamento social brasileiro*. Recebemos dela uma contraproposta: em vez de qualquer coisa assemelhada a conferência, aceitaria fazer uma conversa conosco, pós-graduandos e professores. Estávamos em plena pandemia e ela entrou na sala no zoom muito descontraída, embora com um aparato impecável de imagem e som, e pediu que iniciássemos a conversa.

Fiz uma breve abertura de homenagem e agradecimento à convidada, como cabia, e lancei uma provocação: havíamos iniciado aquele curso com a discussão da sua Tese de Doutorado de 2005, *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*⁵, e uma semana antes tínhamos finalizado as aulas com a discussão do *Afropessimismo* de Frank B. Wilderson III, que também persegue uma ontologia da negritude. Queríamos saber então como ela ouvia e pensava a articulação entre ambos. Foi clara e concisa: “pois é disto mesmo que se trata ... embora não enunciado, o Afropessimismo está lá, na tese, que é um esforço de compreensão e de luta contra o extermínio do povo negro, especificamente das mulheres negras, respaldado pela negação de sua condição de sujeito cognoscente.

⁵A tese, embora integralmente disponível online pelos sistemas USP e CAPES desde a data da sua defesa, foi publicada apenas em 2023, pela Zahar, com um título mais curto, mais incisivo (e também mais foucaultiano): *O dispositivo da racialidade*. Passou a subtítulo a afirmativa consoante o jargão filosófico que – provavelmente – a academia estimulava como o título original.

Referências

- ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática 1989.
- BHABHA, Homi. *Nation and Narration*. Duke: Routledge, 1990.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Acesso em: 24 nov. 2023.
- CARNEIRO, Sueli. “Epistemicídio” Portal Geledés, 2014, (<https://www.geledes.org.br/epistemicidio/>) Disponível em julho de 2023.
- CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro, Zahar, 2023.
- CUNHA, E.L. *Estampas do Imaginário; literatura, história e identidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Sol Negro Edições, 2011.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1.
- FOUCAULT, Michel. (2005) "Aula de 17 de março de 1976" In:_. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, p.285-315.
- GONZALEZ, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. *Revista Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, 1984, p. 223-244.
- MONIZ SODRÉ. *O fascismo da cor, uma radiografia do racismo nacional*. Petrópolis: Vozes, 2023.
- NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.
- NOGUEIRA, Izildinha. *Significações do Corpo Negro*. Tese de Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.
- OLIVEIRA, Eduardo Oliveira e. O mulato, um obstáculo epistemológico. *Revista Argumento*, São Paulo, ano I, n. 3, jan. 1974, p. 65-73.
- OLIVEIRA, Wéber Felix. “Correio negro? a emancipação da mulher negra nas linhas do jornalismo”. *Panorama Goiânia*, v. 7, n. 1, p. 25-28, jan./jun. 2017.
- REIS, João José. Presença Negra: conflitos e encontros. In: *Brasil, 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.